

COMUNICADO DA COMISSÃO DE ESCOLA

Há já mais de dois anos que os Institutos Superiores de Serviço Social e nomeadamente o de Coimbra vêm lutando pela respectiva integração no Ensino Superior Oficial.

Este desiderado está directamente relacionado com a necessidade de encontrar resposta a problemas que a todos dizem respeito, pois se integram na forma geral de estruturação de sociedade cuja prossecução só em quadros de mudança pode ter lugar.

Na verdade, dadas as naturais exigências sociais o funcionamento dos cursos de intervenção social tem de ser garantido de forma definitiva, o que não é salvaguardado pela concessão de subsídios esmola pelas entidades oficiais.

As mesmas razões exigem a criação de novos postos de trabalho e todos os níveis de produção e da estrutura estatal, cujo preenchimento só aos diplomados por estas escolas deve ser permitido, dado não só a respectiva formação como o desejo que veiculam de concretas alterações sociais.

Além do mais, importa repudiar a discriminação de que são vítimas os seus alunos aos quais não são concedidos quaisquer benefícios médico-sociais.

Por outro lado não pode deixar de se apontar que há que tornar estas escolas mais abertas, fazendo a sua frequência independente da capacidade económica dos alunos que as desejam frequentar.

Estas ^{as}razões ~~entre~~ outras ^{por} que há dois anos lutamos pela integração.

Ora, tendo sido integradas, porém, pelo despacho 74/76 de Julho passado, breve foi a duração do reconhecimento, pelo poder constituído, das razões que a haviam motivado e que a exigiam.

Na verdade, pela portaria nº 676/76 de 15 de Outubro passado foi tal integração suspensa, sem razões, e sem a prévia consulta de todos os interessados.

É evidente que estes factos e nomeadamente este último têm uma explicação: a actuação anti-democrática do MEIC que naturalmente pretende acabar com tudo o que possa constituir vontade de dizer não ao que não seja democrático.

Estão nesta linha de actuação as recentes medidas tomadas pelo MEIC e nomeadamente o decreto de gestão do qual o menos que se pode dizer é que é anti-democrático.

Perante isto não podemos quedar-nos pelos dons de oratória que só convencem efectivamente quem estiver de espírito limpo e queira efectivamente trabalhar em prol do povo trabalhador.

Por isso há que exigir ao MEIC a actuação mais correcta com esta última finalidade, por isso há que exigir a revogação da legislação anti-democrática, por isso, há que exigir a integração dos I.S.S.S. na Universidade, por forma incofismável e definitiva.

Pela integração do I.S.S.S. na Universidade de Coimbra
Pela Gestão democrática nas Escolas

A Comissão de Escola